

Sumário

Abreviaturas.....	XXXI
-------------------	------

PARTE I

INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 1 – O Estado e a proteção social ao trabalhador	3
1.1 Prólogo.....	3
1.2 O surgimento da noção de proteção social	5
1.3 A mútua assistência e a caridade.....	5
1.4 A assistência social estatal	6
1.5 A formação do conceito de bem-estar social.....	7
1.6 Evolução da previdência social – Do modelo de Bismarck ao modelo de Beveridge.....	10
Capítulo 2 – Fundamentos da previdência social	17
2.1 A intervenção do Estado e a dignidade da pessoa humana	17
2.2 A solidariedade social.....	19
2.3 A compulsoriedade da filiação.....	20
2.4 A proteção aos previdentes.....	21
2.5 A redistribuição de renda	21
2.6 O risco social.....	23
2.7 Da previdência à segurança social.....	23
Capítulo 3 – Modelos de previdência social.....	25
3.1 Sistemas contributivos e não contributivos.....	26
3.2 Sistemas contributivos de repartição e capitalização.....	27
3.3 Sistemas privados de previdência.....	28
3.4 O sistema de pilares.....	29
Capítulo 4 – A Evolução da proteção social no Brasil.....	31
4.1 Primeiras regras de proteção.....	32
4.2 A Lei Eloy Chaves.....	33
4.3 Os institutos de classe	34
4.4 Da criação do INPS à Constituição de 1988.....	36

4.5	A Constituição de 1988 e a Seguridade Social	38
4.6	A criação do INSS e as primeiras reformas	39
4.7	A Emenda Constitucional n. 20, de 1998	41
4.8	As Emendas Constitucionais ns. 41 e 47.....	45
Capítulo 5 – O Direito Previdenciário.....		47
5.1	Conceito e objeto de estudo.....	47
5.2	Autonomia científica.....	48
5.3	Classificação perante a divisão didático-enciclopédica do Direito.....	50
5.4	Relação do Direito Previdenciário com outros ramos do Direito.....	51
5.5	Fontes do Direito Previdenciário.....	53
Capítulo 6 – Aplicação das normas de Direito Previdenciário.....		59
6.1	Antinomias e critérios de solução.....	60
6.2	Lacunas do ordenamento e sua solução.....	61
6.3	Interpretação das normas.....	62
6.4	Vigência e eficácia das normas no tempo.....	63
6.5	Vigência e eficácia das normas no espaço.....	65
6.6	Acordos Internacionais de Previdência Social firmados pelo Brasil.....	66
Capítulo 7 – Princípios do Direito previdenciário.....		75
7.1	Princípios gerais de Direito Previdenciário.....	76
7.2	Princípios constitucionais da Seguridade Social.....	78
7.3	Princípios específicos de custeio	80
7.4	Princípios específicos de Previdência Social.....	83
Capítulo 8 – Regimes previdenciários.....		89
8.1	O Regime Geral de Previdência Social – RGPS.....	89
8.2	Regimes de previdência de agentes públicos ocupantes de cargos efetivos e vitalícios	90
8.3	Regime Previdenciário Complementar.....	92
8.4	Regime dos Militares das Forças Armadas	97

PARTE II

A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Capítulo 9 – A organização da Seguridade Social.....		101
9.1	Sistema Nacional de Seguridade Social.....	101
9.2	Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.....	102
9.3	Gestão descentralizada.....	102
9.4	Conselho Nacional de Previdência – CNP	103
9.5	Conselhos de Previdência Social – CPS.....	105
9.6	Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.....	106
9.7	Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC	107
9.8	Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS.....	109
9.9	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.....	112

Capítulo 10 – Relação jurídica de custeio	115
10.1 Definição da relação obrigacional.....	115
10.2 Autonomia da relação de custeio.....	116
10.3 Identidade com a relação obrigacional tributária.....	116
Capítulo 11 – Contribuintes da Seguridade Social	119
11.1 Segurados do Regime Geral de Previdência Social.....	120
11.2 Empresa e entidades equiparadas.....	121
11.3 Matrícula da empresa, do produtor rural pessoa física e do segurado especial.....	122
11.4 Empregador doméstico.....	124
11.5 Apostadores de concursos de prognósticos.....	125
Capítulo 12 – Relação jurídica de seguro social	127
12.1 Definição da relação de Seguro Social.....	127
12.2 Vinculação da relação previdenciária com a filiação.....	128
12.3 Natureza jurídica da relação de Seguro Social.....	131
Capítulo 13 – Segurados do Regime Geral de Previdência Social	135
13.1 Segurados – Definição.....	135
13.2 Segurados obrigatórios.....	135
13.2.1 Empregado urbano e rural.....	137
13.2.2 Empregado doméstico.....	148
13.2.3 Contribuinte individual.....	149
13.2.4 Trabalhador avulso.....	154
13.2.5 Segurado especial.....	155
13.3 Segurado facultativo.....	161
13.4 A menoridade e a filiação como segurado.....	162
13.5 Aposentado que retorna à atividade.....	164
Capítulo 14 – Filiação dos segurados	167
Capítulo 15 – Manutenção e perda da qualidade de segurado	171
Capítulo 16 – Dependentes	179
Capítulo 17 – Inscrição dos segurados e dependentes	193
17.1 Inscrição dos segurados.....	194
17.1.1 Inscrição de segurado <i>post mortem</i>	197
17.2 Inscrição de dependentes.....	200

PARTE III

CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL

Capítulo 18 – Sistema de financiamento da Seguridade Social	205
18.1 Sistema contributivo.....	208
18.2 Participação da União.....	208
18.3 Contribuições sociais.....	209

18.3.1	Conceituação.....	210
18.3.2	Natureza jurídica.....	211
18.3.3	Características gerais.....	212
18.4	Outras receitas da Seguridade Social.....	214
Capítulo 19 – Contribuições ao Sistema.....		215
19.1	Salário de contribuição.....	215
19.2	Salário-base.....	217
19.3	Contribuição do segurado empregado, doméstico e trabalhador avulso.....	218
19.4	Contribuição do segurado contribuinte individual e facultativo.....	223
19.5	Contribuições das empresas.....	231
19.5.1	Contribuição sobre a folha de pagamento.....	231
19.5.2	Contribuição sobre a remuneração paga aos segurados contribuintes individuais e trabalhadores avulsos.....	235
19.5.3	Contribuição em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho – GILRAT.....	239
19.5.3.1	Fator Acidentário de Prevenção – FAP.....	241
19.5.3.2	Contribuição para o financiamento da aposentadoria especial.....	247
19.5.4	Contribuição sobre a receita e o faturamento.....	248
19.5.5	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS..	248
19.5.6	PIS/PASEP.....	255
19.5.7	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.....	258
19.5.8	Contribuições das microempresas e empresas de pequeno porte – o Simples Nacional.....	259
19.6	Contribuições do importador de bens e serviços do exterior.....	265
19.7	Contribuições decorrentes do trabalho prestado em obras de construção civil....	267
19.7.1	Conceito de obra de construção civil.....	268
19.7.2	Obrigações previdenciárias do sujeito passivo na obra de construção civil...	269
19.7.3	Aferição indireta das contribuições.....	272
19.7.4	Apuração de salário de contribuição contido em nota fiscal de serviço/ fatura.....	273
19.7.5	Apuração de salário de contribuição com base na área construída e no padrão da obra.....	273
19.7.6	Retenção na construção civil.....	274
19.8	Contribuição dos clubes de futebol profissional.....	275
19.9	Contribuição do empregador doméstico.....	276
Capítulo 20 – Isenção/Imunidade das contribuições para a Seguridade Social.....		289
20.1	Requisitos para a isenção/imunidade.....	291
20.2	Requerimento e deferimento da isenção/imunidade.....	295
20.3	Alcance da isenção/imunidade.....	296
20.4	Revisão da isenção/imunidade.....	296
Capítulo 21 – Remissão e anistia.....		299
Capítulo 22 – Regras gerais de arrecadação e fiscalização.....		303
22.1	Competência dos órgãos de arrecadação e fiscalização.....	303
22.2	Arrecadação e recolhimento das contribuições.....	304

22.3	Obrigações acessórias.....	309
22.4	Prerrogativas da fiscalização.....	318
22.5	Inadimplemento e acréscimos moratórios.....	321
22.6	Restituição de contribuições, compensação e reembolso de benefícios.....	325
22.6.1	Restituição de contribuições e compensação.....	325
22.6.2	Reembolso de benefícios.....	330
22.7	Parcelamento de débitos.....	331
Capítulo 23	- Responsabilidade solidária e por substituição tributária.....	337
23.1	Construção civil.....	338
23.2	Grupo econômico.....	340
23.3	Responsabilidade dos sócios e titulares.....	341
23.4	Tomador de serviços.....	342
23.5	Administradores públicos.....	345
23.6	Operador portuário e órgão gestor de mão de obra.....	345
Capítulo 24	- Decadência e prescrição das contribuições à Seguridade Social.....	349
24.1	O conflito de normas: Lei de Custeio e CTN.....	350
24.2	A decadência na exigibilidade de contribuições.....	352
24.3	A prescrição do direito de cobrança dos créditos.....	354
24.4	Prescrição na restituição e compensação de contribuições.....	356
24.5	Prazo para pleitear a desconstituição de exigência fiscal.....	357
Capítulo 25	- Prova de regularidade fiscal.....	359
Capítulo 26	- Processo Administrativo Fiscal.....	365
26.1	Constituição do crédito da Seguridade Social.....	365
26.1.1	Notificação de Lançamento - NL.....	369
26.1.2	Auto de Infração - AI.....	374
26.1.3	Contencioso relativo a obrigações do Simples Nacional.....	376
26.2	Depósito recursal - exigibilidade.....	376
Capítulo 27	- Dívida ativa: inscrição e execução judicial.....	377
Capítulo 28	- Execução de contribuições à Seguridade Social na Justiça do Trabalho.....	397
28.1	A responsabilidade pelos recolhimentos.....	408
28.2	Condição da União na lide trabalhista.....	412
28.3	Legislação aplicável.....	413
28.4	Créditos executáveis.....	414
28.5	As prerrogativas da União.....	417
28.6	Apuração do valor devido.....	418
28.7	O procedimento da execução.....	420
28.8	A Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.....	424
Capítulo 29	- Dos crimes contra a Previdência Social.....	427
29.1	O regime da Lei n. 9.983/2000.....	427
29.2	Apropriação indébita previdenciária.....	428
29.2.1	Inocorrência da <i>abolitio criminis</i> da conduta prevista no art. 95, <i>d</i> , da Lei n. 8.212/1991.....	432

29.2.2	Constitucionalidade	434
29.2.3	Tipo objetivo.....	434
29.2.4	Tipo subjetivo.....	435
29.2.5	Consumação e tentativa	435
29.2.6	Sujeito ativo	436
29.2.7	Sujeito passivo	437
29.2.8	Crime continuado.....	438
29.2.9	Ação penal	438
29.2.10	Extinção da punibilidade	439
29.2.11	Perdão judicial.....	442
29.2.12	Dificuldades financeiras.....	443
29.2.13	Princípio da insignificância	445
29.2.14	Prisão por dívida	446
29.3	Inserção de dados falsos em sistema de informações.....	447
29.4	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	447
29.5	Sonegação de contribuição previdenciária.....	448
29.6	Divulgação de informações sigilosas ou reservadas	450
29.7	Falsidade documental.....	450
29.8	Falsificação de documento público	450
29.9	Violação de sigilo funcional	451
29.10	Equiparação a funcionário público	451
29.11	Estelionato previdenciário	451

PARTE IV

PRESTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo 30 – Introdução.....	455
Capítulo 31 – Concessão da prestação previdenciária.....	459
31.1 Suspensão do benefício	462
31.2 Cancelamento do benefício	465
31.3 Processo Administrativo Previdenciário.....	471
Fluxograma do processo administrativo.....	486
Capítulo 32 – Períodos de carência	493
Capítulo 33 – Cálculo do valor dos benefícios.....	507
33.1 Salário de benefício e período básico de cálculo.....	507
33.1.1 Atividades concomitantes.....	513
33.1.2 Majorações decorrentes de sentença trabalhista.....	517
33.1.3 Fórmula de cálculo do salário de benefício.....	518
33.2 Fator previdenciário	519
33.3 Regras de transição para aplicação do fator previdenciário.....	523
33.4 Exclusão do fator previdenciário com base na Fórmula 95/85 progressiva.....	524
33.4.1 Exclusão do fator previdenciário em relação aos professores	526

33.5	Afastamento da incidência do fator previdenciário na parcela referente ao tempo de serviço especial.....	528
33.6	Renda mensal inicial.....	529
33.7	Valor-limite dos benefícios.....	532
Capítulo 34 – Reajustamento e revisão do valor dos benefícios.....		533
34.1	Aplicação da variação da ORTN/OTN na atualização dos salários de contribuição dos benefícios concedidos antes da CF de 1988.....	535
34.1.1	Impossibilidade de obtenção dos processos concessórios.....	536
34.2	Aplicação do IRSM de fevereiro de 1994.....	537
34.3	Aplicação do novo teto dos benefícios fixados pelas Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003.....	538
34.4	Primeiro reajuste após a concessão do benefício.....	540
34.5	Apuração da RMI do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez: art. 29, II, da Lei n. 8.213, de 1991.....	541
34.6	Revisão com base na concessão do benefício mais vantajoso – Tese do “melhor benefício”.....	543
34.7	Inclusão do décimo terceiro como salário de contribuição para cálculo do salário de benefício.....	544
34.8	Ampliação do período básico de cálculo do salário de benefício – “Tese de uma vida toda”.....	545
34.9	Inclusão do adicional de 25% ao aposentado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa.....	547
34.10	Utilização do tempo especial convertido para comum no coeficiente de cálculo da aposentadoria por idade.....	549
34.11	Salário de benefício pela média dos 36 últimos salários de contribuição e não incidência do fator previdenciário nas aposentadorias por tempo de contribuição concedidas com base nas regras de transição da EC n. 20/1998.....	550
34.12	Teses superadas.....	553
34.12.1	Atualização monetária dos doze últimos salários de contribuição para os benefícios concedidos anteriormente à Constituição de 1988.....	553
34.12.2	Súmula n. 260 do extinto TFR.....	553
34.12.3	Autoaplicabilidade do art. 202, <i>caput</i> , da Constituição de 1988 – Diferenças decorrentes do reajustamento dos benefícios concedidos entre 5.10.1988 e 5.4.1991 (art. 144, parágrafo único, da Lei n. 8.213/1991).....	554
34.12.4	Aplicação do art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias... ..	555
34.12.5	Manutenção do valor real dos benefícios/equivalência do valor dos benefícios em número de salários mínimos.....	556
34.12.6	Valor mínimo dos benefícios.....	556
34.12.7	Expurgos inflacionários.....	557
34.12.8	Conversão dos benefícios para URV – Lei n. 8.880/1994.....	557
34.12.9	Reajustamento dos benefícios pelos índices integrais do IGP-DI nos meses de junho de 1997, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003.....	557
34.12.10	Revisão da renda mensal da pensão por morte.....	558
34.12.11	Demais revisões decorrentes da Lei n. 9.032/1995.....	559
34.12.12	Salário de benefício de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença – art. 29, § 5º, da Lei n. 8.213/1991.....	560
34.12.13	Desaposentação.....	560
34.12.14	Troca de aposentadoria ou reapresentação.....	561

Capítulo 35 – Pagamento dos benefícios.....	563
35.1 Pagamento feito a terceiros.....	567
35.2 Intangibilidade do valor do benefício	568
35.3 Devolução de benefícios previdenciários recebidos por força de tutela provisória posteriormente revogada.....	571
35.4 Acumulação de benefícios	572
35.5 Abono anual	575
Quadro-resumo – abono anual.....	576
Capítulo 36 – Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais.....	577
36.1 Evolução histórica da proteção acidentária.....	578
36.2 Conceito de acidente do trabalho.....	580
36.3 Doenças ocupacionais.....	584
36.4 Nexo causal e concausalidade.....	586
36.5 Aspectos da proteção previdenciária à vítima de acidente.....	592
36.6 A Comunicação do Acidente de Trabalho – CAT.....	593
36.7 Estabilidade do empregado acidentado.....	607
36.8 A ação regressiva previdenciária	610
Capítulo 37 – Aposentadorias programáveis.....	615
37.1 Aposentadoria e vínculo de emprego.....	617
37.2 Aposentadoria por idade.....	622
37.2.1 Aposentadoria por idade do trabalhador rural.....	624
37.2.2 Aposentadoria por idade “mista” ou “híbrida” da Lei n. 11.718/2008...	630
37.2.3 Período de carência.....	632
37.2.4 Data de início do benefício.....	633
37.2.5 Renda mensal inicial.....	634
Quadro-resumo – Aposentadoria por idade	635
37.3 Aposentadoria por tempo de serviço	637
37.3.1 Período de carência.....	638
37.3.2 Data de início do benefício.....	638
37.3.3 Renda mensal inicial.....	638
37.4 Aposentadoria por tempo de contribuição.....	639
37.4.1 Beneficiários.....	641
37.4.2 Período de carência.....	643
37.4.3 Data de início do benefício.....	643
37.4.4 Reafirmação da Data de Entrada do Requerimento	644
37.4.5 Renda mensal inicial.....	646
37.4.6 Aplicação dos novos critérios para aposentadoria.....	647
Quadro-resumo – Aposentadoria por tempo de contribuição	648
37.5 Aposentadoria do professor.....	650
37.5.1 A aposentadoria do professor e a aplicação do fator previdenciário	651
37.5.2 Conversão do tempo especial de professor em tempo comum.....	653
37.6 Aposentadoria especial	655
37.6.1 Beneficiários.....	661
37.6.2 Comprovação do exercício de atividade especial.....	662
37.6.3 Laudo técnico pericial	667

37.6.4	Uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI).....	668
37.6.5	Nível do ruído.....	671
37.6.6	Período de carência.....	674
37.6.7	Data de início do benefício.....	674
37.6.8	Renda mensal inicial.....	675
37.6.9	Conversão do tempo de serviço/contribuição.....	675
37.6.10	Fator de conversão do tempo especial.....	678
	Quadro-resumo – Aposentadoria especial.....	679
37.7	Aposentadoria aos segurados com deficiência.....	682
37.7.1	Beneficiários.....	686
37.7.2	Período de carência.....	687
37.7.3	Renda mensal inicial.....	687
37.7.4	Data de início do benefício.....	687
37.7.5	Principais demandas relacionadas à aposentadoria da pessoa com deficiência.....	688
	Quadro-resumo – Aposentadoria aos segurados com deficiência.....	688
37.8	Direito à desaposentação.....	690
37.9	Reaposentação com base em novo implemento de requisitos.....	693
Capítulo 38	– Benefícios por incapacidade laboral.....	695
38.1	Auxílio-doença.....	695
38.1.1	Perícia médica.....	698
38.1.2	Período de carência.....	708
38.1.3	Data de início do benefício.....	710
38.1.3.1	Data de início do benefício concedido judicialmente.....	712
38.1.4	Renda mensal inicial.....	714
38.1.5	Processo de reabilitação.....	716
38.1.6	Situação trabalhista.....	718
38.1.7	Cessação do benefício.....	720
	Quadro-resumo – Auxílio-doença.....	727
38.2	Aposentadoria por invalidez.....	729
38.2.1	Período de carência.....	731
38.2.2	Data de início do benefício.....	732
38.2.3	Renda mensal inicial.....	734
38.2.4	Recuperação da capacidade de trabalho.....	736
38.2.5	Da possibilidade de transformação da aposentadoria por invalidez em aposentadoria por idade.....	740
	Quadro-resumo – Aposentadoria por invalidez.....	741
38.3	Auxílio-acidente.....	743
38.3.1	Beneficiários.....	743
38.3.2	Período de carência.....	746
38.3.3	Data de início do benefício.....	746
38.3.4	Renda mensal inicial.....	747
38.3.5	Suspensão e cessação do benefício.....	749
38.3.6	Manutenção do auxílio-acidente cumulado com aposentadoria de outro regime.....	750
	Quadro-resumo – Auxílio-acidente.....	751

Capítulo 39 – Benefícios de proteção à família e à maternidade.....	753
39.1 Pensão por morte.....	753
39.1.1 Requisitos para a concessão do benefício.....	754
39.1.2 Morte presumida.....	755
39.1.3 Direito à pensão quando o segurado esteja inadimplente com a Previdência.....	756
39.1.4 Habilitação de beneficiários.....	758
39.1.5 Pensão ao dependente viúvo do sexo masculino.....	760
39.1.6 Existência simultânea de dependentes na condição de cônjuges, ex-cônjuges e companheiros.....	761
39.1.7 Comprovação da união estável e homoafetiva.....	763
39.1.8 A Lei n. 13.135/2015 e a limitação do acesso ao benefício.....	764
39.1.9 Direito à pensão do menor sob guarda.....	765
39.1.10 Direito à pensão do filho ou irmão inválido.....	766
39.1.11 Dependente universitário – Pensionamento até os 24 anos.....	767
39.1.12 Pensão em favor dos pais.....	767
39.1.13 A revogação do inciso IV do art. 16 e a existência de pessoa designada.....	768
39.1.14 Período de carência.....	768
39.1.15 Data de início do benefício.....	768
39.1.16 Renda mensal inicial.....	770
39.1.17 Cessaçã.....	772
39.1.18 Perda do direito à pensão por morte.....	774
39.1.19 Despensão.....	775
Quadro-resumo – Pensão por morte.....	776
39.2 Auxílio-reclusão.....	780
39.2.1 Concessão do auxílio-reclusão para dependentes de segurados que superem o critério da baixa renda.....	785
39.2.2 Período de carência.....	786
39.2.3 Data de início do benefício.....	786
39.2.4 Beneficiários.....	787
39.2.5 Renda mensal inicial.....	787
39.2.6 Cessaçã e suspensã do benefício.....	787
Quadro-resumo – Auxílio-reclusã.....	789
39.3 Salário-maternidade.....	791
39.3.1 Período de carência.....	795
39.3.2 Duraçã do salário-maternidade.....	795
39.3.3 Prorrogaçã do salário-maternidade por mais sessenta dias.....	798
39.3.4 Renda mensal inicial.....	800
39.3.5 Cessaçã do benefício.....	801
39.3.6 Extensã do salário-maternidade em caso de adoçã.....	802
39.3.7 Prazo de decadência em relaçã ao salário-maternidade.....	803
Quadro-resumo – Salário-maternidade.....	804
39.4 Salário-família.....	806
39.4.1 Período de carência.....	808
39.4.2 Data de início do benefício.....	808
39.4.3 Renda mensal inicial.....	809
39.4.4 Perda do direito.....	809
Quadro-resumo – Salário-família.....	810

Capítulo 40 – Benefícios assistenciais	813
40.1 Benefício de Prestação Continuada ao idoso e ao deficiente – LOAS.....	813
40.1.1 Requisitos legais para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	814
40.1.2 Deficiência para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	815
40.1.3 Requisito econômico para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC)	817
40.1.4 Beneficiários.....	820
40.1.5 Data de início do benefício.....	821
40.1.6 Cessação do benefício.....	821
40.1.7 Acumulação com outros benefícios	823
Quadro-resumo – Benefício de prestação continuada da assistência social.....	823
40.2 Benefício assistencial ao trabalhador portuário avulso.....	826
40.3 Auxílio-inclusão aos portadores de deficiência	827
Capítulo 41 – Benefícios extintos	829
41.1 Renda mensal vitalícia.....	829
41.2 Auxílio-natalidade.....	830
41.3 Auxílio-funeral	830
41.4 Pecúlio.....	831
41.5 Abono de permanência em serviço	831
41.6 Aposentadorias diferenciadas	832
Capítulo 42 – Serviços	835
42.1 Serviço social.....	835
42.2 Habilitação e reabilitação profissional.....	836
Capítulo 43 – Tempo de contribuição para fins previdenciários	839
43.1 Prova do tempo de contribuição.....	844
43.2 Reconhecimento do tempo de filiação.....	848
43.3 Atividade rurícola e o regime de economia familiar	849
43.4 Aluno-aprendiz.....	856
43.5 Efeitos das decisões trabalhistas frente ao INSS.....	857
43.5.1 O art. 55 da Lei de Benefícios e o princípio de aptidão para a prova. A inconstitucionalidade pela afronta ao princípio da ampla defesa	860
43.6 Contagem recíproca do tempo de contribuição.....	863
43.6.1 Requerimento de Certidão de Tempo de Contribuição – CTC.....	867
43.7 Justificação Administrativa	868
43.8 Cabimento da ação declaratória para reconhecimento de tempo de contribuição	870
Capítulo 44 – Prescrição e decadência em matéria de benefícios	873
44.1 Prescrição do direito a prestações.....	873
44.2 A MP n. 871/2019 e a violação aos direitos do pensionista menor, incapaz ou ausente	877
44.3 Decadência do direito à revisão do cálculo de benefício previdenciário	878
44.4 Aplicação do prazo de decadência nas ações para reconhecimento de tempo de contribuição	881

44.5	Prazo para revisão de benefício antecedente em caso de pensão por morte.....	885
44.6	Da possibilidade de interrupção do prazo decadencial para revisão do ato de concessão nos casos de requerimento administrativo.....	885
44.7	Hipóteses de aplicação do prazo de decadência na via administrativa.....	886
44.8	Prazo decadencial para o INSS rever seus atos.....	887
44.9	Conclusões sobre os institutos da prescrição e da decadência.....	890
Capítulo 45 – Ações previdenciárias.....		893
45.1	Competência para as ações previdenciárias.....	894
45.1.1	Prestações comuns previdenciárias.....	895
45.1.2	Competência federal delegada.....	896
45.1.3	Prestações acidentárias.....	897
45.1.4	Causas referentes ao benefício assistencial.....	898
45.1.5	Ações envolvendo benefícios de entidades fechadas de previdência complementar.....	899
45.1.6	Dano moral previdenciário.....	900
45.2	Prévio ingresso na via administrativa.....	903
45.3	Juizados Especiais Cíveis na Justiça Federal.....	905
45.3.1	Competência dos JEFs.....	908
45.3.2	Valor da causa.....	908
45.3.3	Renúncia.....	910
45.3.4	Legitimidade.....	911
45.3.5	Sentença líquida.....	912
45.3.6	Recursos.....	913
45.3.6.1	Recurso contra decisão que aprecia pedidos de liminares e de tutela provisória.....	914
45.3.6.2	Recurso contra sentença (recurso inominado).....	915
45.3.6.3	Incidente regional de uniformização de jurisprudência.....	917
45.3.6.4	Incidente de uniformização de interpretação de lei federal.....	919
45.3.6.5	Incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.....	923
Quadros-resumo dos recursos.....		928
45.3.7	Cumprimento da sentença.....	939
45.3.8	Aplicação da Lei dos JEFs em caso de delegação de competência.....	940
45.3.9	Nulidades.....	941
45.3.10	Custas e honorários advocatícios.....	941
45.4	O novo CPC e seus reflexos nos juizados Especiais Federais.....	945
45.5	Pagamentos devidos pelo INSS.....	957
45.5.1	Evolução legislativa.....	958
45.5.2	Requisição de Pequeno Valor (RPV).....	960
45.5.3	Pagamento por precatório.....	961
45.5.4	Complemento positivo.....	962
45.6	Idosos, portadores de doença grave e pessoas com deficiência.....	963
45.7	Coisa julgada previdenciária.....	964
45.8	Execução do julgado.....	969

PARTE V

REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo 46 – Introdução.....	975
Capítulo 47 – Histórico.....	981
Capítulo 48 – Aspectos gerais dos Regimes Próprios.....	985
Capítulo 49 – Principais pontos das reformas constitucionais.....	995
Capítulo 50 – Previdência complementar para servidores públicos.....	1007
Capítulo 51 – Custeio dos regimes próprios.....	1021
Capítulo 52 – Regras de aposentadoria dos Regimes Próprios.....	1029
52.1 Aposentadoria por invalidez permanente.....	1039
Quadros-resumo – Regras de aposentadoria por invalidez	1045
52.2 Aposentadoria compulsória por idade	1046
Regras – Aposentadoria compulsória (idade limite)	1050
52.3 Aposentadorias voluntárias.....	1051
52.3.1 Aposentadoria voluntária por idade	1054
Quadro-Resumo – Regras sobre aposentadoria voluntária exclusivamente por idade.....	1055
52.3.2 Aposentadoria voluntária “por idade e tempo de contribuição”	1057
52.3.3 Regras de transição para a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição.....	1059
Regras – Aposentadorias voluntárias por idade e tempo de contribuição	1067
Quadro-resumo – Regras permanentes para a aposentadoria voluntária por idade mais tempo de contribuição.....	1067
Regras de transição.....	1069
52.4 Aposentadorias especiais	1072
Quadro-resumo – Regras sobre aposentadoria voluntária especial e a portadores de deficiência.....	1078
52.5 Tempo de contribuição nos Regimes Próprios.....	1080
52.5.1 Contagem recíproca de tempo de contribuição	1082
52.5.2 Contagens fictícias.....	1088
52.6 Prazo para ação revisional de aposentadoria.....	1089
52.7 Inconstitucionalidade da pena de cassação da aposentadoria.....	1089
Capítulo 53 – Pensão por morte, auxílio-reclusão e licenças de caráter previdenciário nos regimes próprios	1093
53.1 Cálculo e reajustamento da pensão	1094
53.2 Acumulação de benefícios e pensão por morte.....	1097
53.3 Rol de beneficiários e rateio da pensão.....	1098
53.4 Perda e cessação do direito à pensão.....	1103
Regras – Pensão por morte	1105
53.5 Licenças-maternidade, paternidade e por adoção.....	1106

53.6 Licença para tratamento de saúde – comum e acidentária.....	1110
53.7 Auxílio-reclusão.....	1112
Capítulo 54 – Reajustamento do valor dos benefícios.....	1115

PARTE VI

TENDÊNCIAS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 55 – A globalização e o Estado contemporâneo.....	1123
Capítulo 56 – As mudanças no Direito Comparado.....	1137
Capítulo 57 – A previdência brasileira e suas características.....	1145
Capítulo 58 – Perspectivas da Seguridade Social brasileira.....	1159
58.1 Aprimoramento do atendimento ao público.....	1174
58.2 Maior comunicação da Previdência com os segurados do INSS.....	1174
58.3 Censo previdenciário ou pesquisa de amostragem.....	1175
58.4 Combate à informalidade e adoção de medidas de inclusão previdenciária.....	1175
58.5 Pleito de inclusão, no ensino fundamental/médio, de conteúdos de discussão e informação sobre a Seguridade Social.....	1176
58.6 Criação de formas de maior controle de atividades profissionais, com a exigência de comprovação de regularidade de contribuições à Seguridade Social.....	1176
58.7 Campanha maciça para a conscientização da sociedade, no sentido de que a Previdência Social é um bem necessário.....	1177
58.8 Modernização da gestão da informação.....	1177
58.9 Comunicabilidade entre todos os cadastros de programas sociais e bancos de dados públicos.....	1177
58.10 Incremento da atuação na cobrança da dívida previdenciária e imprescritibilidade da cobrança de contribuições em casos de sonegação fiscal e apropriação indébita.....	1178
BIBLIOGRAFIA.....	1185

ANEXOS

Anexo 1 – Súmulas e enunciados de interesse em matéria previdenciária.....	1199
Anexo 2 – Informações complementares sobre contribuições e benefícios previdenciários.....	1221
Índice Alfabético-Remissivo.....	1243

Nota da Editora: as alterações na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecidas pela Medida Provisória 870/2019, não foram incorporadas ao conteúdo da obra tendo em vista que, até o fechamento desta edição, as novas estruturas regimentais que constam nos Decretos regulamentadores não estavam em vigor (início previsto para 30.01.2019).